



Parecer nº 5/IEF/NAR TIRADENTES/2024

PROCESSO Nº 2100.01.0024057/2023-76

PARECER ÚNICO				
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
Nome: Barro Branco Agropecuária Ltda		CPF/CNPJ: 04.008.430/0001-00		
Endereço: Fazenda Lavras ou Xopotó		Bairro: Zona rural		
Município: Cipotânea/MG	UF: MG	CEP: 36265- 000		
Telefone: (32)99999-6902	E-mail: diretoria@gmail.com			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? (X) Sim, ir para item 3 () Não, ir para item 2				
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL				
Nome:		CPF/CNPJ:		
Endereço:		Bairro:		
Município:	UF:	CEP:		
Telefone:	E-mail:			
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL				
Denominação: Lavras ou Xopotó		Área Total (ha): 9,7405		
Registro nº 3457 do Livro 2-RG do CRI da Comarca de Alto Rio Doce		Município/UF: Cipotânea/MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3116308-36FB.01FB.00E9.41B2.A392.4A0D.4D9D.24EC				
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA				
Tipo de Intervenção		Quantidade	Unidade	
Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca		0,2088	ha	
Corte de árvores nativas isoladas vivas		23/0,0207	un/ha	
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (Sirgas 2000)	
			X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca	0,2088	ha	668989	7682182
Corte de árvores nativas isoladas vivas	23/0,0207	un/ha	669050	7682150
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
Uso a ser dado a área		Especificação	Área (ha)	
Mineração		Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	0,2295	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional	Área (ha)	
Mata Atlântica	Floresta estacional semidecidual	Inicial	0,2088	
8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO				
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade	
Lenha	Nativa	2,3	m³	
Madeira	Nativa	1,21	m³	

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 24/07/2023

Data da vistoria: 18/10/2023

Data de solicitação de informações complementares: 09/11/2023

Data do recebimento de informações complementares: 18/12/2023

Data de emissão do parecer técnico: 01/02/2024

2. OBJETIVO

É objeto deste parecer analisar a solicitação para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca e corte de árvores nativas isoladas vivas no imóvel rural denominado Lavras e Xopotó de Cipotânea/MG. Pretende-se, com a intervenção para uso alternativo do solo, possibilitar a mineração mediante extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural

O imóvel está registrado sob a matrícula nº 3457 do Livro 2-RG do CRI da Comarca de Alto Rio Doce, possui área total de 9,7405 ha, ocupada com áreas antropizadas com implantação de espécies exóticas 70% de sua extensão. O restante da área está ocupado com remanescentes de vegetação nativa.

3.2 Cadastro Ambiental Rural

O imóvel está devidamente cadastrado no CAR, com informações condizentes com a realidade de campo.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A área requerida para intervenção ambiental é coberta pela fitofisionomia Floresta estacional semidecidual secundária em estágio inicial de regeneração natural. Para a implantação da intervenção é necessária a supressão de 0,2088 ha desta fitofisionomia e também 23 árvores nativas isoladas vivas, dentro do polígono do empreendimento.

Na área de supressão, de acordo com o levantamento realizado pela consultoria ambiental, o rendimento lenhoso previsto é de 2,3m³ de lenha de origem nativa e 1,21m³ de produto/sub-produto vegetal oriundo da supressão será utilizado na propriedade.

As taxas de expediente e taxa florestal a que se referem a Lei Estadual 22796/2017, artigo 30, anexo II, itens 7.24.1 e 7.24.1, e artigo 3º, foram devidamente recolhidas, com valores de R\$ 69688730, 69688732, 69688733, 79010301, 79010302, 79010303 e 79010305.

5. ESPECIFICAÇÕES

5.1 Das eventuais restrições ambientais

Segundo a plataforma IDE SISEMA, as principais características da propriedade em questão são:

- Bioma: Mata Atlântica;
- Fitofisionomia: Floresta estacional semidecidual;
- Vulnerabilidade Natural: Muito baixa;
- Integridade da Fauna: Baixa;
- Integridade da Flora: Muito baixa;
- Prioridade de Conservação da Flora: Muito baixa;
- Vulnerabilidade do solo: Média;
- Erodibilidade do Solo: Média;
- Risco Potencial de Erosão: Baixo;
- UC: Não se aplica.

Conforme estudo da Fundação SOS Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) o percentual de vegetação do Bioma Mata Atlântica (2013/2014) existente na propriedade é de 10,3 %, assim, não se aplica o previsto no artigo 25 do parágrafo único da Lei Federal 11428/2006.

O estudo de flora apresentado não constatou a presença de espécies ameaçadas de extinção e espécies legalmente protegidas.

A área não exerce função essencial de proteção de manancial ou de prevenção e controle de erosões. Considerando a dimensão da área de intervenção, não há impacto significativo sobre os ecossistemas e habitats naturais da fauna. O empreendimento não está localizado em área de excepcional valor paisagístico, assim declarada pelo poder público.

5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel

A atividade minerária a ser desenvolvida está identificada através dos códigos A-03-01-8 e A-03-01-9 da Listagem A do anexo único da DN COPAM 217/2017 e, pelo seu porte, enquadrada na modalidade de licenciamento ambiental LAS-RAS, conforme esta norma.

5.3 Vistoria realizada

A vistoria técnica foi realizada no dia 18/10/2023, remotamente, através da análise de série histórica de imagens aéreas da área disponibilizadas pelo Google Earth e confrontação com a documentação técnica apresentada, quando foi possível confirmar as características biofísicas da área, informadas nos estudos ambientais apresentados.

5.3.1 Características físicas

- **Topografia:** A topografia da área é ondulada, com declividade média em torno de 40%. Não foi encontrado sítio espeleológico ou paleontológico ou ainda cavidades naturais ou cavernas.

- **Solo:** Ocorre na área do empreendimento o cambissolo, em meio a uma região onde predominam o latossolo vermelho e o latossolo vermelho amarelo.

- **Hidrografia:** O imóvel situa-se próximo à calha do Rio Xopotó, bacia hidrográfica do Rio Doce.

5.3.2 Características biológicas

- **Vegetação:** A vegetação nativa existente é classificada como floresta estacional semidecidual no estágio inicial de regeneração natural, associada ao bioma Mata Atlântica, onde ocorrem espécies como: *Montanoa montana* (araticum), *Anadenanthera colubrina* (angico branco), *Apuleia leiocarpa* (garapa), *Abarema langsdorfii* (farinha seca), *Bauhinia variegata* (pata de vaca), *Casearia goswami* (casearia), *Cecropia pachystachya* (embaúba), *Colubrina glandulosa* (sobrasil), *Cabralea oblongifolia* (canjerana), *Caesalpinia pulcherrima* (pimenteira), *Eremanthus erythropappus* (pau-de-rosa), *Contortisilium* (tamboril), *Guettarda pohliana* (veludinho vermelho), *Glycoxylon inophyllum* (casca doce), *Himatanthus succubus* (tiborna), *Jacaranda caroba* (caroba), *Laportea* (ruão), *Schefflera actinophylla* (schefflera), *Stryphnodendron adstringens* (barbatimão), *Trema micrantha* (pau-pólvora), *Xylopia brasiliensis* (pindaubuna) e *Zanthoxylum rhoifolium* (marrãozinho).

- **Fauna:** Conforme relatos, ocorrem espécies como *Columba speciosa* (troca), *Nyctidromus albicollis* (curiango), *Polyborus plancus* (caracará), *Speotyto cunicularia* (camburé); *Volatinia* (bem-te-vi), *Furnarius rufus* (joão de barro), *Colonia colonus* (viuvinha), *Sporophila nigricollis* (coleirinha), *Guiraca guiraca* (anu-branco), *Crotophaga ani* (anu preto), *Turdus rufiventris* (curupira), *Chondestes chrysops* (quero-quero), *Dasypterus novemcinctus* (tatu-galinha), *Sylvilagus brasiliensis* (coelho do mato), *Didelphis marsupialis* (gambá), *Cavia* sp. (preá), *Gryzomys* spp. (rato do mato), *Bothrops jararaca* (jararaca), *Liopis* sp. (cobra verde), sapos, rãs, pererecas; *Astyanax bimaculatus* (lambari), *Rhamdia* sp. (bagre) e *Geophagus brasiliensis* (cará).

5.4 Alternativa técnica e locacional

Não se aplica, visto tratar-se de supressão de vegetação nativa secundária em estágio inicial de regeneração no bioma Mata Atlântica.

6. ANÁLISE TÉCNICA

A área de intervenção ambiental mediante supressão de vegetação nativa com destoca em 0,2088 ha corresponde a 2,14% da área do imóvel, com vegetação nativa caracterizada como floresta estacional semidecidual no estágio inicial de regeneração natural. A reserva legal do imóvel está declarada no cadastro ambiental rural (CAR) com área de 1,98,13 ha, correspondente à área total do imóvel e respectivos arquivos digitais geoespaciais apresentados, à qual atende ao percentual mínimo de 20% da área total do imóvel, exigido no artigo 25 da Lei Estadual nº 14.044/2006. As áreas de preservação permanente do imóvel estão totalmente revestidas com cobertura vegetal nativa em estágio médio a avançado de regeneração natural.

6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área e seu entorno, e afetam direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo estes:

Impactos: Perda e fragmentação de habitat; redução da biodiversidade; exposição do solo, facilitando processos erosivos; poluição sonora pelo uso de máquinas; perturbação, afugentamento e morte de fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento, além da diminuição da disponibilidade de alimento; geração de efluentes particulados (poeiras), resíduos sólidos e líquidos; efluentes sanitários; poluição do solo, ar e água por vazamento de óleos, graxas e emissão de vapores; e alteração da paisagem quanto ao aspecto geológico.

Medidas mitigadoras: Contratar profissional competente e habilitado para demarcar a área do empreendimento e acompanhar a execução do mesmo, para assegurar que as intervenções ocorram nas áreas autorizadas; realizar a supressão fora do período chuvoso; preservar as áreas remanescentes e vegetação nativa; adotar técnicas e medidas de proteção do solo e controle de erosão; possível carreamento de sólidos e processos erosivos durante a supressão florestal e operação do empreendimento; utilizar técnicas e metodologias de afugentamento e proteção de fauna; controlar as atividades de supressão tomando todas as medidas cabíveis para proteção de ninhos caso existam; dar destinação ambientalmente adequada ao material estéril, de modo a evitar contaminação; para os cursos d'água; realizar o controle de poeiras através da aspersão periódica da área; instalar banheiros químicos e dar destinação ambientalmente adequada aos efluentes sanitários; preventiva de máquinas; e recompor a área degradada pelo empreendimento imediatamente após o seu encerramento.

7. CONTROLE PROCESSUAL

Foi formalizado requerimento de regularização ambiental para intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, em 0,2088 ha e corte ou aproveitamento de áreas com vegetação nativa vivas em 0,0207 ha - 23 unidades, no bioma Mata Atlântica, estágio sucessional INICIAL, na propriedade rural denominada Lavras ou Xopotó, localizado no município de Cipotânea - Minas Gerais. (Requerimento 79010298).

O processo foi instruído, conforme Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 3102 de 26 de outubro de 2021, para a formalização.

Foi apresentada documentação da propriedade rural da intervenção, Lavras ou Xopotó, Certidão do imóvel (69688642) - Matrícula nº 3457 Livro 2, Registro Geral do CRI da Companhia de Registro de Imóveis do Estado de Minas Gerais. A Propriedade é da empresa requerente e de terceiros, nesse sentido foi juntado a processo a anuência devidamente assinada e com firma reconhecida (69688641) e documentação (69688700).

A empreiteira juntou ao processo Procuração com o devido reconhecimento de firma (69688724) e documentação da procuradora outorgada (69688740).
A requerente juntou Projeto Intervenção Ambiental PIA (79010293).

- Intervenção Requerida:

Objetivo da Supressão é para atividade de extração de uma jazida de Cascalho, visando subsidiar o requerimento de Licenciamento Mineral PIA (79010293). Atividade Mineração

Nos termos do art. 25 da Lei nº 11.428/2006, as supressões de vegetação nativa em estágio inicial de regeneração serão autorizadas pelo órgão estadual competente e nos Estados secundária remanescente do Bioma Mata Atlântica for inferior a 5% (cinco por cento) da área original, submeter-se-ão ao regime jurídico aplicável à vegetação secundária em áreas ressalvadas as áreas urbanas e regiões metropolitanas.

Nos termos do art. 32 do Decreto nº 6.660/2008 a supressão da vegetação secundária em estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica depende de autorização do órgão estadual e poderá ser concedida após análise das informações prestadas e prévia vistoria de campo que ateste a veracidade das informações.

Para obtenção do Documento de Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA), a Lei Federal nº 11.428/2006 não estabelece medida compensatória por supressão de vegetação nativa.

Deve ser observado a Compensação Minerária prevista na Lei Estadual n.º 20.922/2013.

- Compensação Minerária (Art. 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013) :

No entanto, o empreendimento mineral que depende de supressão de vegetação nativa fica condicionado à adoção, pelo empreendedor, de medida compensatória florestal que inclua a implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, independentemente das demais compensações. Portanto, incide sobre o empreendedor o dever de formalizar a compensação prevista no art. 75 da [Lei nº 20.922, de 2013](#) junto ao IEF.

O art. 42 do Decreto Estadual nº 47.749/2019 estabelece as formas de assegurar o cumprimento das medidas compensatórias.

Art. 42 – As compensações por intervenções ambientais, aprovadas pelo órgão ambiental competente, serão asseguradas por meio de Termo de Compromisso, TCCF ou por condicionante do ato autorizativo, a critério do órgão ambiental.

§ 1º – No caso de TCCF, este deverá ser assinado previamente à emissão da licença ou ato que autorize a intervenção ambiental, com publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, às expensas do empreendedor.

§ 2º – A formalização da proposta de compensação prevista no art. 75 da [Lei nº 20.922, de 2013](#), poderá ser incluída como condicionante do processo de licenciamento.

Foi anexado ao Processo Documento COMPENSAÇÃO - EMAIL 01 (79010295) e Documento COMPENSAÇÃO - EMAIL 2 (79010296) orientação quanto a Compensação Mineraria, ficando estabelecido o condicionante devendo ser procedido a ser seguido. - § 2º, art. 42 do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

- CAR/ Reserva Legal /Vedações:

A inscrição do imóvel no CAR é um registro obrigatório e será exigida ainda que o imóvel possua Reserva Legal averbada ou Termo de Compromisso de Averbação. (§ 3º, art.88, da Lei nº 12.344/2011)

O recibo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural – CAR, foi juntado ao processo (69688718)- analisado tecnicamente conforme item 3.2 neste parecer.

- Das Vedações:

Não foi relacionado incidência das vedações contidas no art. 11, 14, 23 da Lei 11.428/2006 e art. 12, 13, 14 e 38 do Decreto 47.749/2019.

- Taxas devidas:

O requerente comprovou o recolhimento das taxas devidas, conforme a Lei Estadual nº 22.796, de 28 de dezembro de 2017:

Taxa de Expediente (69688727) Comprovante de pagamento (69688730);

Taxa Florestal (69688731) Comprovante de pagamento (69688732 69688733)

-Taxa de expediente do CORTE OU APROVEITAMENTO DE ÁRVORES ISOLADAS NATIVAS VIVAS e comprovante de pagamento (79010301 79010302);

-Taxa florestal e comprovante de pagamento (79010303 79010305);

Para emissão do DAIA deve o requerente comprovar o recolhimento da reposição florestal, art. 78 da lei Estadual nº 20.922/2013.

Nos termos do inciso VI, do Art. 43, do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o Núcleo de Regularização e Controle Ambiental deve monitorar o recolhimento de taxas e demais receitas, e emitir pareceres técnicos e administrativos de sua competência e certificasse da incidência ou não dos acréscimos legais nas taxas devida.

- Publicação do Requerimento: (70296210): Deve ser acostado nos autos a publicação do requerimento e da decisão, conforme a Lei Estadual 15.971/2006.
- Cadastro no SINAFLOR:Foi juntado ao processo o documento comprovante do cadastro no Sinaflor (69688726).
- Conclusão:

Diante da devida formalização do processo, com análise técnica/legal favorável, conclui-se pela possibilidade de Deferimento para a regularização da intervenção ambiental preterindo os requisitos legais permissivos de tal prática que possibilitam a emissão do DAIA, precedido de parecer técnico favorável à intervenção requerida.

A emissão do DAIA não dispensa o cumprimento da compensação, outras autorizações e/ou outorgas e licenças necessárias a intervenção pretendida.

Considerando a competência determinada pelo Decreto nº. [47.383/2018](#), Decreto nº 47.892/2020 e Decreto nº 47.749/2019, os pareceres técnico e jurídico, deverão ser remetidos ao órgão competente para apreciação.

8. CONCLUSÃO

Parecer favorável à autorização de intervenção ambiental mediante supressão com destoca de vegetação nativa em 0,2088 ha e supressão de 23 árvores nativas isoladas vivas em área de reserva legal no imóvel rural denominado Lavras e Xopotó, zona rural do município de Cipotânea/MG, e aproveitamento do material lenhoso proveniente desta intervenção, sendo a vegetação nativa e 1,21m³ de madeira de origem nativa, a ser utilizado no próprio imóvel.

Após realização do controle processual, este parecer único deverá ser submetido à apreciação da URFBio Centro Sul/IEF para deliberação.

9.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Não se aplica, visto tratar-se de supressão de vegetação nativa secundária em estágio inicial de regeneração natural.

10.REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

11.CONDICIONANTES DO DOCUMENTO AMBIENTAL PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Demarcação da área a ser suprimida	Antes e durante a intervenção ambiental

2	Demarcação das áreas de preservação permanente	Antes da intervenção ambiental
3	Controle de processos erosivos	Durante a intervenção ambiental e operação do empreendimento
4	Afugentamento da fauna e proteção de ninhos	Durante a intervenção ambiental e operação do empreendimento
5	Destinação adequada dos resíduos e efluentes gerados durante a atividade	Durante a intervenção ambiental e operação do empreendimento
6	Destinação correta ao material lenhoso proveniente da supressão	Durante a vigência do DAIA
7	Destinação correta ao material estéril	Durante a operação do empreendimento
8	Controle de poeiras	Durante a operação do empreendimento
9	Manutenção preventiva de máquinas	Durante a intervenção ambiental e operação do empreendimento

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (x) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Ricardo Elói de Araújo
MASP: 1098290-8

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Natália Almeida de Rezende
MASP: 1489661-7



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Elói de Araújo, Servidor**, em 09/02/2024, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natália Almeida de Rezende, Servidora**, em 15/02/2024, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **81423079** e o código CRC **73650A87**.